

Arranjos referenciais de tempo em textos de pré-universitários: letramento e oralidade

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

Recebido 20, jul. 2008/ Aprovado 19, set. 2008

Resumo

Este trabalho investiga, de uma perspectiva discursiva, os arranjos temporais que dão forma ao esquema textual em redações produzidas por alunos egressos do ensino médio. A situação de produção dos textos é a de avaliação, mais precisamente, de exame para ingresso na Universidade de São Paulo e o material analisado consta de dissertações dos vestibulares 2006 (270 textos) e 2007 (100 textos). Investiga-se o uso de determinadas expressões de tempo: advérbios e expressões adverbiais de tempo, bem como certos sintagmas, cujos elementos indicam o andamento do tempo. Incluem-se, por exemplo, o sintagma “cada vez”, acompanhado das partículas adverbial-argumentativas “mais” ou “menos”, ou sintagmas do tipo “meios modernos”, em que o adjetivo impõe uma referência temporal. São, também, consideradas expressões de tempo com o verbo “haver” e “fazer”. Do ponto de vista teórico, adota-se uma noção de texto que permite observar a relação entre as marcas pragmático-enunciativas do tempo lingüístico e seu modo histórico-discursivo de apresentação, a saber, o modo das temporalidades ligadas às diferentes e variadas escansões do tempo no interior de uma mesma sociedade. Chega-se a dois resultados: o primeiro refere-se à escolha do tipo mais freqüente de arranjo, com remissão a um tempo remoto, a um tempo intermediário e a um tempo presente; o segundo tem relação com a escolha do segundo tipo mais freqüente de arranjo temporal do texto, em que o caráter definitório do texto vem combinado com o testemunho de uma experiência vivida/narrada sobre o tema.

Palavras-chave: Escrita. Tempo. Temporalidade. Letramento. Oralidade.

Apresentação

Num momento em que o tema dos *gêneros discursivos* domina a cena dos estudos em Linguística Aplicada, a presente reflexão repõe uma antiga pergunta sobre o texto que, como lembra PÊCHEUX (1990a, p. 63), insiste em retornar: *o que quer dizer este texto?* Creio que, de modo mais, ou menos, consciente, muito do que se tem discutido sobre os *gêneros discursivos* faz parte do esforço para responder a essa pergunta. Em artigo no prelo (a sair pela *Revista Scripta* da PUC-MG), abordo a relação entre *texto* e *gênero discursivo*, investigo alguns pressupostos teóricos que estão na base dessa relação e acrescento, ainda, outros resultados desta pesquisa.

No presente trabalho, assumindo a noção de texto como registro do processo discursivo, a pergunta sobre o sentido do texto aparece, no entanto, de forma enviesada e se especializa na busca de expressões referenciais de tempo que, combinadas entre si, resultam em arranjos temporais que compõem *esquemas textuais*. Para tanto, tematizo a relação entre tempo lingüístico, *temporalidades* (discursivas) e posições enunciativas marcadas por expressões referenciais de tempo que, no texto, se traduzem em *posicionamento(s) em um campo discursivo* (MAINGUENEAU, 1991, p. 17), ou seja, em engajamento(s) a determinadas filiações discursivas.

Um esclarecimento: na Teoria do Texto, os *esquemas textuais* são considerados *modelos cognitivos* que revelam um *conjunto de conhecimentos sobre os diversos tipos de textos* (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 60). Segundo esses autores, tais conhecimentos *vão sendo adquiridos à proporção que temos contato com esses tipos e fazemos comparações entre eles* (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 60). De um ponto de vista discursivo, a proposição desse *modelo cognitivo* para a dimensão cognoscente (isto é, mental) do indivíduo corresponderia à materialização de um estado do processo discursivo no texto, registrando e permitindo examinar aspectos da constituição histórica do sujeito. No caso específico dos arranjos temporais que compõem *esquemas textuais*, assumo-os como registros de *temporalidades* ligadas aos diferentes tipos de saber com os quais o sujeito teve contato. Não importa, pois, como essas *temporalidades* são experienciadas: se vividas ou se produto do narrado – imaginadas, por exemplo, com base no já ouvido/lido.

Ao mesmo tempo em que busco detectar a convivência de *temporalidades* no texto, procuro, também, mostrar que esses arranjos temporais permitem examinar a relação entre letramento e oralidade. Não é desprezível, por exemplo, o fato de que a convivência entre letramento e oralidade possa ser examinada em textos de alunos com mais de dez anos de escolaridade. Justamente porque, por um lado, essa convivência mostra que

o letramento – vindo de práticas sociais diversas – ultrapassa o processo de escolarização e, por outro, desperta a lembrança (quase óbvia) de que as práticas orais não estão ausentes dos modos de transmissão de saberes na escola. Vale lembrar, ainda, que a expressão *civilização da oralidade* – utilizada pelo historiador e africanista Emilio Bonvini em curso ministrado na Universidade de São Paulo, em 2008, para substituir *tradição oral* –, dá um novo alcance às práticas orais. Segundo Bonvini, por meio dessa expressão, deseja-se ultrapassar o nível superficial (local) para se chegar ao nível mais profundo. Ou seja, falar de civilização, de maneira de ser e de existir no mundo, é falar do que há de comum a muitas realidades, a realidades supranacionais, fato que permite enfrentar, de modo positivo, essa maneira de existir – conclui o autor. Segundo o que penso, alçar as práticas orais ao campo da civilização tem a vantagem adicional de, ao menos nesse aspecto, não opô-las às práticas escritas. Contudo, ainda hoje, estas últimas são, por muitos, consideradas como definidoras – de modo exclusivo – do universo da “civilização” e como o instrumento “civilizatório” por excelência, posição que reduz “a civilização” aos limites do universo grafocêntrico.

O material

Este trabalho investiga, portanto, a organização temporal do texto por meio do estudo de diferentes possibilidades de arranjos temporais utilizados em textos produzidos por parte de alunos egressos do ensino médio. A situação de produção dos textos analisados é a de avaliação, mais precisamente, de exame para ingresso na Universidade de São Paulo e o material analisado consta de dois conjuntos de redações (dissertações): 270 (duzentas e setenta) do vestibular FUVEST/2006, produzidas por candidatos à graduação em Letras, provenientes de todas as regiões do estado de São Paulo e de fora desse estado, e 100 dissertações produzidas por ocasião do vestibular 2007, dividido em 04 conjuntos: 25 redações de alunos provenientes de ensino público sem cursinho preparatório para o vestibular, 25 redações de alunos provenientes de ensino particular sem cursinho, 25 redações de alunos provenientes de ensino público com cursinho, 25 redações de alunos provenientes de ensino particular com cursinho. O exemplo de análise será extraído dos textos do vestibular/2006, tema “Trabalho”. As categorias estabelecidas com base nesse material foram aplicadas aos textos do vestibular/2007, tema “Amizade”, e os resultados quantitativos dessa aplicação serão os que exporemos nesse trabalho.

Uma noção de escrita

Descarto, de saída, a noção de escrita como modo de apresentação da língua, por meio da qual se passou a opor, de forma

bastante imprecisa, *língua falada* e *língua escrita*. Descarto, ainda, a noção de escrita como modalidade. Tal como são conhecidas e utilizadas, as modalidades oral e escrita definem-se, fundamentalmente, por referência às bases semióticas da fala (o som) e da escrita (o traço gráfico) e essa diferença entre materiais semióticos tem servido indevidamente para validar a oposição radical entre práticas faladas e escritas, como se, nelas, o aspecto da base semiótica fosse o único relevante. Tal separação apresenta, ainda, o defeito de propor a pureza da escrita, que estaria livre de seu processo de constituição e, portanto, de qualquer injunção alheia a si mesma. Não menos problemático é caracterizar o falado como desorganizado para, em contrapartida, atribuir ao escrito uma suposta racionalidade. Em lugar dessas noções que descarto, proponho fala e escrita como modos de enunciação, fundamentando-me, portanto, para essa escolha, no seu aspecto enunciativo.

Sendo, pois, um modo de enunciação, a escrita, apesar de se mostrar como uma enunciação solitária, nunca se realiza sem a presunção de um leitor. Desse ponto de vista, se aproxima do modo de enunciação falado, no qual, mais do que a presença física dos interlocutores, conta a sua representação, isto é, a representação que os participantes do discurso fazem uns dos outros, de si mesmos e do objeto de discurso de que tratam (PÊCHEUX, 1990a, p. 82 et seq.).

Uma noção de texto

Preliminarmente, texto (falado ou escrito) será aqui entendido como produto da atividade lingüístico-enunciativa. Considero-o, pois, num primeiro momento, em seu caráter pragmático-enunciativo, já que deve atender, ao mesmo tempo, às restrições da língua e às circunstâncias de sua realização concreta em enunciações particulares. Produção/recepção do texto trabalhariam, desse modo, com o material lingüístico visando à construção/reconhecimento de indicadores de sentido, confrontados, sempre, com o evento de linguagem concreto de que fazem parte.

No entanto, nesse trabalho, texto será entendido, também, como o registro da relação entre língua e história, de tal modo que, para traçar o território do texto em oposição ao da língua, será preciso mobilizar a noção de discurso. Este último, constituído na relação entre língua e história, é, por isso, mais bem compreendido quando remetido, como propõem Pêcheux e Fuchs (1990, p. 179), ao *processo discursivo*. Por sua vez, imersos no *processo discursivo*, o processo de textualização e seu produto, o próprio texto, são, também e necessariamente, o registro da história de sua própria constituição (cf. POSSENTI, 2003).

Com base na concepção de texto aqui adotada, minha expectativa é interpretar, em termos discursivos, um aspecto da organização pragmático-enunciativa do texto. O aspecto a ser tratado é, como adiantei, o uso de indicadores de tempo. Não será observada a marcação de tempo pelos verbos, a não ser no uso de certos verbos como “fazer” e “haver” em expressões como “faz um século...”, “há muito tempo...”. Ao investigar essas referências temporais organizadas em arranjos que configuram o *esquema textual* (aspecto pragmático-enunciativo), tem-se como meta associá-las à memória de sua constituição histórica (aspecto discursivo).

Tempo lingüístico e temporalidades

Como ato (pela presença do sujeito) ou como representação (pelo modo de acesso ao outro e ao mundo), a dimensão lingüística do texto nunca está desligada da sua dimensão histórica. Aqui, assumo que, embora nem sempre consciente, a memória é o produto da relação entre o que marca presença no enunciado e o que já não está mais lá (formulação baseada em COURTINE, 1999). E o que não está lá pode ser, também, o produto daquilo que nunca lá esteve senão como futuridade (cf. *memória de futuro*, GERALDI, 2003).

Em outras palavras, no enquadramento que me interessa dar às marcas de estruturação temporal do texto no presente trabalho, convém situar o enunciado e o texto como produtos, ao mesmo tempo, do dizer e do já-dito.

Dessa perspectiva, ao *tempo lingüístico*, que faz referência à instância de enunciação e, portanto, a elementos da dimensão pragmático-enunciativa, delimitando *posições enunciativas* sempre novas em cada texto, é agregado um aspecto histórico por meio das expressões que organizam a construção temporal do texto. Em outras palavras, essas expressões indicam, de um modo específico, *posicionamentos em um campo discursivo* por meio dos quais o escrevente manifesta seu comprometimento com determinados recortes de tempo e não com outros, ou seja, com diferentes *temporalidades*.

Consideradas as noções de *tempo lingüístico* e *tempo crônico* (BENVENISTE, 1989), as várias *temporalidades* podem, também, ser definidas como produtos de diferentes articulações entre essas duas noções. Isto significa dizer que, além de não se restringirem ao *tempo crônico*, as *temporalidades* mantêm uma relação oscilante com as datações que são sempre possíveis a partir do *tempo crônico*. Entretanto, registre-se que a flutuação decorrente das articulações entre *tempo lingüístico* e *tempo crônico*, embora heterogênea, não é livre; ela se sujeita, necessariamente, a coerções socioculturais e discursivas.

Na qualidade de produto direto da enunciação, o *tempo lingüístico* seria, portanto, um indicador da ordem temporal que,

do exterior da língua, historiciza o dizer. Esse indicador, no entanto, pode ser mais claramente percebido quando articulado a expressões que organizam o texto do ponto de vista temporal. Portanto, as referências aos diferentes calendários ou, mais especificamente, às diferentes e nem sempre precisas escansões culturais do tempo são percebidas no discurso como adesões a diferentes *temporalidades*, produzidas na articulação entre *tempo lingüístico* e as diversas percepções do *tempo crônico*.

Podemos, pois, examinar a materialização lingüística do tempo tanto na dimensão pragmático-enunciativa (noção de *tempo lingüístico*) quanto na dimensão histórico-discursiva (noção de *temporalidade*). Na primeira, temos a construção lingüística do tempo; na segunda, temos modos de apropriação histórico-discursiva da noção de tempo, marcos mais ou menos flutuantes da celebração da memória de uma coletividade – *temporalidades*, portanto. Eis, desse modo, delineada a relação entre ordem do texto e ordem da história. Mais propriamente, constata-se, de uma perspectiva discursiva, a presença da ordem da história na ordem do texto, cabendo a esta última materializar a articulação entre as dimensões pragmático-enunciativa e histórico-discursiva.

Aspectos metodológicos

Na busca de indicadores de sentido do texto ligados às dimensões socioculturais e históricas, fixei minha atenção no uso de determinadas expressões de tempo: advérbios (aí incluídos os advérbios “já” e “ainda”), expressões adverbiais de tempo e certos sintagmas, cujos elementos podem indicar o andamento do tempo. Nesse último caso, incluem-se, por exemplo, o sintagma “cada vez”, acompanhado das partículas adverbial-argumentativas “mais” ou “menos”, ou sintagmas do tipo “meios modernos”, em que o adjetivo impõe uma referência temporal. Serão também consideradas, como adiantei, expressões de tempo com o verbo “haver” e “fazer” (“há muito...”; “há poucos meses...”; “faz um século”).

Como ficou dito, essas expressões de tempo não são vistas como marcas isoladas. Relacionadas entre si e participando de arranjos temporais que estruturam os textos, são indicadores textuais que, ao darem lugar a *posicionamentos* (do sujeito) *em um campo discursivo*, mantêm relação com as dimensões socioculturais e históricas, cujo sentido é apreensível no funcionamento do discurso.

Assume-se que o arranjo temporal do texto registra, na articulação entre as dimensões pragmático-enunciativa e histórico-discursiva, uma leitura singular do escrevente, produzida pelo cruzamento de diferentes fontes de saber e em função da representação que o escrevente faz da sua própria posição no

interior dessas fontes. Nesse sentido, é comum um arranjo temporal extrapolar o domínio da tradição letrada, caracterizando, inclusive nas produções textuais mais caras à escola, a presença da tradição oral como instrumento de interpretação das *temporalidades* provenientes da cultura escrita.

Os arranjos temporais dos textos são, pois, mais precisamente, arranjos baseados em *temporalidades*. Neles, a ordem de aparecimento das expressões temporais no texto nem sempre é linear e cronológica. Desse modo, os parágrafos tanto podem organizar-se por referências temporais em ordem linear quanto essas referências podem aparecer num único parágrafo, e não necessariamente no primeiro.

Para efeito de análise, essas expressões de tempo são, portanto, formas lingüísticas que, distinguindo *posicionamentos em um dado campo discursivo*, permitem apreender a materialidade de sentido (do discurso) em seu registro formal (no texto). Em outras palavras, são presenças lingüísticas nos enunciados que fazem evocar outros enunciados pertencentes à mesma *série* (FOUCAULT, 1986), reordenam os efeitos de sentido do texto pela fixação de *posicionamentos* para o sujeito em relação a certas *práticas discursivas*.

Nesse sentido, esta pesquisa extrapola a simples consideração do *esquema textual*. Dirige-se, mais precisamente, ao estudo do(s) tipo(s) de tradição que suas variações veiculam, abrindo espaço para a associação entre *esquema textual*, *temporalidades* e *modos de transmissão* de saber, em especial, os treinados na escola: (a) como dar uma organização para o texto; (b) como “enriquecer” a argumentação pela remissão a fatos históricos; e (c) como (e o que) ler.

Um exemplo

Embora a abordagem quantitativa tenha sido feita com base no conjunto de textos do vestibular/2007, os tipos de arranjos já tinham sido estabelecidos com base no vestibular/2006. Sua re- replicação mostra que eles podem ser empregados para diferentes temas. Para atestar essa possibilidade e, também, exemplificar com o tipo mais freqüente, tomo um fragmento de texto produzido no vestibular/2006, sobre o tema “Trabalho”.

Antes, porém, apresento a proposta de redação do vestibular/2006, formulada com base em coletânea composta por três textos e uma instrução:

TEXTO 1

O trabalho não é uma essência atemporal do homem. Ele é uma invenção histórica e, como tal, pode ser transformado e mesmo desaparecer.

Adaptado de A. Simões

TEXTO 2

Há algumas décadas, pensava-se que o progresso técnico e o aumento da capacidade de produção permitiriam que o trabalho ficasse razoavelmente fora de moda e a humanidade tivesse mais tempo para si mesma. Na verdade, o que se passa hoje é que uma parte da humanidade está se matando de tanto trabalhar, enquanto a outra parte está morrendo por falta de emprego.

M. A. Marques

TEXTO 3

O trabalho de arte é um processo. Resulta de uma vida. Em 1501, Michelangelo retorna de viagem a Florença e concentra seu trabalho artístico em um grande bloco de mármore abandonado. Quatro anos mais tarde fica pronta a escultura “David”.

Adaptado de site da Internet.

INSTRUÇÃO: Os três textos acima apresentam diferentes visões de trabalho. O primeiro procura conceituar essa atividade e prever seu futuro. O segundo trata de suas condições no mundo contemporâneo e o último, ilustrado pela famosa escultura de Michelangelo, refere-se ao trabalho de artista. Relacione esses três textos e com base nas idéias neles contidas, além de outras que julgue relevantes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando sobre o que leu acima e também sobre os outros pontos que você tenha considerado pertinentes.

Destaque-se a presença de expressões de tempo nos fragmentos de textos e na Instrução. Observe-se, por sua vez, no fragmento a seguir, o tipo de arranjo temporal mais freqüente no material analisado:

Trabalho alienado

No Gênesis, o primeiro livro da bíblia, encontramos a famosa maldição... A partir daquele momento [...] ganhar a vida [...] trabalhando.

Ao longo dos milênios a maldição de Adão tem acompanhado os homens, sejam estes cristãos, muçulmanos, budistas ou ateus. [...] O esforço da humanidade [...] parece [...] se tornar cada vez mais árduo[...].

Nos últimos anos [...] muitos tem começado a se questionar [...] carga de trabalho nas sociedades modernas. Alguns países [...] já começam a propor uma redução da jornada [...]

[...] fica cada vez mais claro que a maneira como se organiza o trabalho em nossa sociedade coloca-o, como na bíblia, muito mais perto de uma maldição.

Tratam-se aqui de referências temporais explícitas, mas pouco precisas:

- a) a um “tempo remoto”: [*no Gênesis*], [*a partir daquele momento*], [*ao longo dos milênios*], [*cada vez mais árduo*] ou, em outros textos, por exemplo, [*desde o princípio do mundo*];
- b) a um marco histórico intermediário: por alusão direta ou indireta. Direta quando menciona um dado fato mais ou menos datado, por exemplo, em outros textos [*o avanço tecnológico*], ou indireta, por referência ao processo que começa num passado remoto e chega ao presente, passando por estágios intermediários, caso do texto acima [*nos últimos anos*]. Por alusão direta ou indireta, esse marco histórico intermediário é, também, vagamente delimitado ou não-delimitado cronologicamente.
- c) ao tempo presente [*nas sociedades modernas*] e [já], que se opõe aos tempos remoto e intermediário.

No conjunto dos textos, há uma insistente marcação temporal sem uma correspondente precisão nessas marcações. As referências explícitas que aparecem na coletânea fornecida na prova se opacificam no processo de escrita. Essa é a característica mais comum apresentada nos textos, tanto nos textos produzidos no Vestibular/2006 como nos do Vestibular/2007.

Vale lembrar, porém, que, no vestibular de 2007, a coletânea não traz referências temporais explícitas, como é o caso da proposta de 2006, já apresentada. Eis os fragmentos de textos fornecidos na prova de redação de 2007, tema “Amizade”:

REDAÇÃO

Em primeiro lugar (...), pode-se realmente “viver a vida” sem conhecer a felicidade de encontrar num amigo os mesmos sentimentos? Que haverá de mais doce que poder falar a alguém como falarias a ti mesmo? De que nos valeria a felicidade se não tivéssemos quem com ela se alegrasse tanto quanto nós próprios? Bem difícil te seria suportar adversidades sem um companheiro que as sofresse mais ainda.

(...)

Os que suprimem a amizade da vida parecem-me privar o mundo do sol: os deuses imortais nada nos deram de melhor, nem de mais agradável.

Cícero, *Da amizade*.

Aprecio no mais alto grau a resposta daquele jovem soldado, a quem Ciro perguntava quanto queria pelo cavalo com o qual acabara de ganhar uma corrida, e se o trocava por um reino: “Seguramente não, senhor, e no entanto eu o daria de bom grado se com isso obtivesse a amizade de um homem que eu considerasse digno de ser meu amigo”. E estava certo ao dizer *se*, pois se encontramos facilmente homens aptos a travar conosco relações superficiais, o mesmo não acontece quando procuramos uma intimidade sem reservas. Nesse caso, é preciso que tudo seja límpido e ofereça completa segurança.

Montaigne, *“Da amizade”* (adaptado).

Amigo é coisa pra se guardar,
Debaixo de sete chaves,
Dentro do coração...
Assim falava a canção
Que na América ouvi...
Mas quem cantava chorou,
Ao ver seu amigo partir...
Mas quem ficou,
No pensamento voou,
Com seu canto que o outro lembrou.
(...)

Fernando Brant / Milton Nascimento,
“Canção da América”.

(...)
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade.
E quem há de negar que esta lhe é superior?
(...)

Caetano Veloso, *“Língua”*.

Considere os textos e a instrução abaixo:

INSTRUÇÃO: A amizade tem sido objeto de reflexões e elogios de pensadores e artistas de todas as épocas. Os trechos sobre esse tema, aqui reproduzidos, pertencem a um pensador da Antigüidade Clássica (Cícero), a um pensador do século XVI (Montaigne) e a compositores da música popular brasileira contemporânea. Você considera adequadas as ideias neles expressas? Elas são atuais, isto é, você julga que elas têm validade no mundo de hoje? O que sua própria experiência lhe diz sobre esse assunto? Tendo em conta tais questões, além de outras que você julgue pertinentes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando de modo a expor seu ponto de vista sobre o assunto.

Note-se, porém, que, apesar de a coletânea não trazer expressões referenciais de tempo de maneira explícita, a Instrução se refere a artistas *de todas as épocas*, datando os textos apresentados: o de *um pensador da Antigüidade Clássica* (Cícero); o de *um pensador do século XVI* (Montaigne) e os de *compositores da música popular brasileira contemporânea*. Além disso, indaga se as idéias neles expressas são *atuais*, interpelando o aluno sobre a sua *validade no mundo de hoje*, sem deixar de solicitar um testemunho pessoal sobre o assunto. Há, pois, nessa proposta, uma clara exposição do vestibulando a *temporalidades* ligadas à história cultural, datadas e relacionadas com o presente. Mesmo assim, também nos textos resultantes deste exame, as *temporalidades* se turvam no processo da escrita, permanecendo como arranjo temporal mais utilizado aquele exemplificado anteriormente.

Retornando ao tema da opacificação das referências temporais, cabe observá-las, em primeiro lugar, como indicadores de sentido do texto. Não se trata, porém, de buscar o sentido do texto no seu funcionamento interno. Tomar as referências temporais como indicadores de sentido do texto é observar esse sentido no funcionamento do(s) discurso(s) que o sustenta(m). No exemplo dado, é no passado remoto que se funda o sentido mítico do tempo. O corte fundador – *a maldição de Adão* – é tomado de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 1986) com base na qual o tempo secular ganha sentido pela intervenção do tempo sagrado. Pode-se dizer, portanto, que a pergunta *o que quer dizer este texto?*, quando orientada pelos indicadores temporais, permite constatar que o texto não ganha sentido pela simples datação, mas pela proposição de um modo de se situar no tempo, ou seja, por referência a uma *temporalidade*.

Um segundo aspecto acerca da opacificação das referências temporais é o da relação entre *posicionamento em um campo discursivo* e *temporalidade*. A exemplo do que acontece quando as tomamos como indicadores de sentido, os *posicionamentos* assumidos delimitam lugares para o sujeito tanto do ponto de vista de seu engajamento a certas *temporalidades* quanto do efeito argumentativo que ele supõe para elas no trabalho de convencer o avaliador de sua capacidade de reflexão e de crítica. Se tomássemos os três momentos do arranjo textual, teríamos:

- a) na referência ao tempo remoto [*no Gênesis, o primeiro livro da bíblia; a partir daquele momento; ao longo dos milênios, cada vez mais árduo*], uma posição enunciativa que se vale do discurso religioso, trazido para o texto como sustentação inquestionável no que se refere ao sentido que se dá ao tempo e à história;
- b) na referência ao tempo intermediário [*nos últimos anos; nas sociedades modernas; já (começam)*], uma posição enunciativa que faz a ponte entre o tempo sacralizado – que

institui o trabalho como esforço pessoal – e o tempo presente que é, desse modo, introduzido;

- c) na referência ao tempo presente [*fica cada vez mais claro; em nossa sociedade; como na bíblia*], uma posição enunciativa para a qual o sentido do trabalho atual se dá por recorrência ao tempo remoto, que é restabelecido, promovendo a sobreposição de um tempo mítico (o da instituição do tempo do trabalho como sofrimento) ao tempo presente, que se explicaria, portanto, como repetição da *maldição de Adão*.

Por mais que outros argumentos – como aquele por meio do qual o texto aborda a *redução da jornada* de trabalho – tragam questionamentos aventados na atualidade ou no passado, eles aparecem fixados num *posicionamento* que situa o trabalho numa *temporalidade* determinada, no caso exemplificado, uma *temporalidade* mítica.

Um terceiro e último aspecto a ressaltar sobre a opacificação das referências temporais é a relação entre letramento e oralidade. Essa relação traz à consideração o fato de que, além da tradição letrada e da tradição oral, há os modos de transmissão de saberes. A referência que o vestibulando faz ao tempo remoto baseia-se, por exemplo, num registro escrito, a Bíblia. No entanto, o acesso a esse saber, além de não se dar na escola (ou, pelo menos, não unicamente nela), é também transmitido como saber informal por meio de práticas orais não-escolares. É interessante notar que mesmo quando o arcabouço argumentativo do texto se baseia numa fonte escrita, como a Bíblia no exemplo acima, as práticas sociais que carregam esse discurso são as mais variadas, indo das práticas escritas do discurso teológico a práticas orais do discurso cotidiano. Por mediação interna ou externa à escola, pode-se dizer que a construção de um objeto de discurso com base em determinada *temporalidade* resulta do cruzamento entre, por um lado:

- a) fontes provenientes da prática escrita com transmissão essencialmente oral (neste caso, o enquadramento histórico de um determinado fato se estabelece por diferentes mediadores institucionalizados – o padre, o pastor, o professor etc.);

e, por outro lado:

- b) fontes diversas, inclusive de natureza escrita, mas predominantemente de natureza oral e marcadas, também, em sua maior parte, por transmissão oral (nesse caso, o enquadramento histórico de um determinado fato se estabelece por diferentes mediadores do discurso cotidiano, dentre os quais a família, os vizinhos, os

amigos, os correligionários mas também o aparelho de comunicação oficial e os vários tipos de mídia).

O contorno histórico dos fatos apresentado pelo escrevente como tentativa de sustentação argumentativa para o seu texto é, pois, produto das singularidades históricas que ele reconhece no cruzamento dessas fontes, reconhecimento que se dá em função de como ele representa a sua própria posição no interior dessas fontes. Portanto, um dado contorno histórico é singular também porque guarda o ineditismo da reapresentação dessas fontes e de seu cruzamento – singularidade que, materializada no texto, permite compreender o arranjo temporal do texto como arranjo de diferentes *temporalidades*. A convivência entre práticas orais/faladas e práticas letradas/escritas se marca, portanto, também em relação às *temporalidades*.

Por economia, restrinjo a exemplificação a esse tipo de arranjo mais freqüente e passo diretamente à apresentação, também breve, dos arranjos temporais que, extraídos da observação dos próprios textos, serviram como entrada para o material. O Quadro 1, abaixo, mostra a descrição dos tipos de arranjo textual encontrados no *corpus*.

TIPOS DE REFERÊNCIA TEMPORAL		DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM A COLETÂNEA
TIPO 1	A	Tempo remoto (por referência explícita, mas pouco precisa) / marco temporal intermediário (com datação mais ou menos esclarecida ou não esclarecida)/ tempo presente.	No TIPO 1, a coletânea é interpretada segundo categorias temporais mistas (as do vestibulando e as que ele reconhece nos fragmentos de textos apresentados no exame), em geral como tentativa de paráfrase à referência temporal presente nos textos da própria coletânea ou na <i>Instrução</i> oferecida pela prova.
	B	Tempo passado (tempo da amizade)/tempo intermediário (tempo do progresso, não-marcado ou marcado por assimilação ao presente por meio do simples correr do tempo) /tempo presente.	
	C	Tempo passado (por referência implícita) / tempo do mundo de hoje (como indicador indireto, implícito, do mundo de ontem).	
TIPO 2		Tempo da enunciação – texto organizado como resposta implícita à <i>Instrução</i> da prova + diálogo implícito com a coletânea = texto com tom de definição (nesse sentido, é atemporal e de uso típico (mas não exclusivo): verbo “ser”).	Nos TIPOS 2 e 3, há referências diretas à coletânea ou àquilo que o vestibulando reconhece como localizações temporais dadas pela coletânea ou pela <i>Instrução</i> oferecida pela prova.
TIPO 3		Tempo da enunciação – texto organizado em função da leitura da coletânea (com ou sem discriminação explícita de cada um dos textos) + tentativa de síntese.	

Quadro 1 – Tipos de referência temporal que ocorrem nos textos

Considerados os indicadores textuais de tempo, o critério definidor dos três casos de referências temporais do TIPO 1 foi o das referências temporais explícitas ou implícitas por meio de expressões que nomeiam o tempo presente (“no mundo de hoje”, por exemplo), mas vagamente demarcadas ou não-demarcadas cronologicamente, exceto pela menção à atualidade.

O TIPO 1-A já foi comentado acima. O TIPO 1-B apresenta referências ao passado, tomado, por exemplo, como o tempo da amizade, por oposição ao desenrolar da história (tempo do progresso) até chegar ao momento atual (“atualmente”). Finalmente, o TIPO 1-C faz referências implícitas ao passado por oposição ao tempo do “mundo de hoje”. Nesses três casos, as referências temporais presentes na *Coletânea* de textos ou nas *Instruções* dadas na prova são interpretadas segundo referências mistas, baseadas em marcos cronológicos (nem sempre muito claros) e interpretações vagamente delimitadas ou não-delimitadas cronologicamente.

Nos TIPOS 2 e 3, não aparece referência temporal explícita por meio das expressões indicadoras de tempo. Ambos jogam com a delimitação temporal apenas em função do presente da enunciação, o que os diferencia das referências do TIPO 1.

O TIPO 2 se caracteriza pelos traços de resposta às *Instruções* da prova e de trabalho de seleção de argumentos da *Coletânea*, bem como pela presença de um caráter definitório, caracterizado pelo freqüente uso do verbo “ser”, o que dá, por vezes, um aspecto atemporal ao desenvolvimento do tema.

Por fim, o TIPO 3 prende-se mais fortemente à citação literal da *Coletânea* e apresenta, ao final, uma tentativa de síntese, talvez como forma de enquadrar-se no *esquema textual* treinado como sendo o mais adequado para uma dissertação.

Nesses dois últimos tipos (TIPOS 2 e 3), há, portanto, referências diretas àquilo que o vestibulando reconhece como localizações temporais dadas na *coletânea* ou na *Instrução* oferecida pela prova. A diferença entre eles está no modo de construir a réplica ao material fornecido na proposta de redação.

Vejamos, neste ponto, como se comportaram, no material analisado, esses tipos de organização das referências temporais. Os resultados quantitativos apresentados referem-se aos 100 textos dissertativos do vestibular 2007, sobre o tema “Amizade”.

TIPOS	TIPO 1			TIPO 2	TIPO 3
	(A)	(B)	(C)		
Total	47	10	19	21	3
%	47%	10%	19%	21%	3%
Total por tipo / %	76 76%			21 21%	3 3%
BASE DE CÁLCULO = 100					

Quadro 2 – Ocorrência por tipo de referência temporal

Como mostra o Quadro 2, considerados os 100 textos da amostra quantitativa, os resultados evidenciam acentuada preferência pela organização temporal do TIPO 1, com 76% dos casos, seguida da do TIPO 2, com 21%, e da do TIPO 3, com 3%. Destaca-se, ainda, o alto índice de ocorrência do TIPO 1-A, cabendo a ele 47% do total de textos. Desse modo, caracteriza-se a preferência dos escreventes por um arranjo temporal em três momentos: remoto, intermediário e atual, marcados explicitamente (às vezes por apelo ao aspecto processual da história), mas não necessariamente nessa ordem. Marcação explícita, no entanto, não significa, como ficou dito, datação precisa, já que esses referenciais de tempo são vagamente delimitados ou não-delimitados cronologicamente, exceto pela menção ao momento atual.

O segundo tipo de arranjo mais freqüente é o TIPO 2. Embora nele não apareça referência temporal explícita por meio dos indicadores estudados, há um jogo interessante entre a delimitação temporal em função do presente da enunciação e o testemunho a partir da experiência pessoal. Nesse tipo, é importante, também, seu caráter definitório, com forte presença do verbo “ser”, resultando num tom atemporal, quebrado apenas pela marca testemunhal do escrevente. Os dados apontam para o fato de que a assunção pública de um ponto de vista parece ser uma recomendação escolar para as redações de vestibular, em particular, para as dissertações – mesmo que convivendo com a indefectível recomendação de impessoalidade em textos dissertativos.

Resultados

Os estágios remoto/intermediário/presente, que caracterizam o arranjo temporal do texto de TIPO 1-A, são situados no tempo. No entanto, ora aparecem como situados em relação a uma data mais ou menos precisa, caracterizando uma *temporalidade* vinda da educação escolar (por empréstimo dos dados fornecidos na própria prova – coletânea e instrução – ou por informações acumuladas da freqüência à escola), ora como *temporalidades* em que as referências temporais são apenas aproximativas. Nesse caso, provêm de referências mistas, baseadas em simplificações da *educação formal* (ligadas a um determinado *modo de transmissão* do saber) ou em fontes da *educação não-formal* ou *informal* (sobre essas noções, cf. AFONSO, 2001). Tradição letrada e tradição oral, portanto, aparecem articuladas nos textos dos vestibulandos. Vale lembrar um exemplo bastante esclarecedor desse tipo de encontro: a uma *temporalidade* que é parâmetro para a tradição escolar (“*Antiguidade Clássica*”), fornecida, inclusive, na Instrução da prova do Vestibular/2007, o vestibulando faz corresponder uma outra, bastante indefinida e de procedência

não-escolar, embora mesclada a ela (“há milhares de anos” e “antes da Antigüidade Clássica”).

Por sua vez, a segunda opção mais freqüente dos vestibulandos, a dos arranjos temporais do TIPO 2, mostra que seu caráter testemunhal não deixa de ter um efeito argumentativo importante. O testemunho atual inclui, de certo modo, o interlocutor, funcionamento que tem, portanto, o propósito de validar o dizer ao pôr em contato *temporalidades* supostamente partilhadas. Essa suposição baseia-se, naturalmente, numa relação que nem sempre se pode garantir. Isto é, nem sempre o tempo cronológico do testemunho atual do escrevente corresponde à *temporalidade* que ele projeta para o leitor. É preciso lembrar que as *temporalidades*, inclusive aquela do testemunho atual, se constituem como diferentes maneiras de situar o tempo em relação a parâmetros de balizamento, fato que produz, tanto no texto como na sociedade, diferentes representações do tempo, ligadas à identidade e à memória. Portanto, mesmo quando se trata de um testemunho atual, essas representações podem situar os participantes do discurso em posições temporais diferentes, ou seja, em diferentes *temporalidades*, dificultando o efeito de partilha.

Outros resultados, ligados à procedência dos vestibulandos (se de escola pública ou particular, se seguiram ou não cursinho preparatório para o vestibular) serão publicados, como ficou dito, em artigo no prelo, onde exploro um dado interessante a respeito da procedência dos vestibulandos, a saber, a alteração na preferência por tipos de arranjos temporais em função da freqüência ou não a cursinhos.

Considerações finais

Reafirmo, nesse ponto, o pressuposto de que a relação com o tempo é crucial na determinação do modo de participação do sujeito na constituição do texto, na medida em que marca *posicionamentos em um dado campo discursivo*. Ao lado da dimensão pragmático-enunciativa de construção do *tempo lingüístico*, suporte e ancoradouro da dimensão histórico-discursiva do tempo, constroem-se complexas relações com o *tempo crônico*, entendido como as variadas escansões do tempo das diferentes sociedades, mas também, no interior de uma mesma sociedade, as variadas percepções dessas escansões, as quais, ultrapassando a simples ordenação cronológica dos fatos, reapresentam-se, no discurso, sob a forma de *temporalidades*.

Atua, ainda, na configuração dos arranjos temporais, a mediação dos *modos de transmissão* de saberes. Um dos aspectos que se destaca é o *modo de transmissão* de saberes da *educação formal*. Sendo oral e concebido de modo a se aproximar, maximamente, do que se supõe como o repertório do aluno, não espanta que tenha grande influência na produção escrita dos alunos.

Além dele, caberia, ainda, considerar os diversificados *modos de transmissão da educação não-formal e informal*, sem dúvida muito presentes nas produções escritas dos vestibulandos.

Os modos de referência temporal empregados pelos vestibulandos estão, portanto, longe de poderem ser considerados como idiosincrasias dos escreventes. São, ao contrário, modos regulares de acesso ao saber formal. Nesse sentido, ao recorrer a arranjos temporais específicos, o escrevente não lida exatamente com datas, mas com *temporalidades*. E mesmo quando cita datas, as interpreta como *temporalidades*: no discurso, não há categoria de tempo sem que se registre a memória e sem que se marque a identidade do sujeito.

Abstract

This work investigates, from a discursive perspective, temporary arrangements which give form to the textual scheme in editing produced by students exiting from intermediate teaching. The situation of the production of the texts is to be assessed, or more precisely, to be examined at the entrance into São Paulo University and the analysed material consists of dissertations from vestibulars 2006 (270 texts) and 2007 (100 texts). The use of determined time expressions is investigated, such as adverbs and adverbial time expressions, as well as certain noun phrases, whose elements indicate the process of time. There is included, for example, the noun phrase "every time", accompanied by particular adverbial-argumentatives "more" or "less", or noun phrases of the type "modern means", where the adjective imposes a temporal reference. There are also considered time expressions with the verb "to exist" and "to do". From a theoretical point of view, a notion of text is adopted which allows the observation of the relationship between the pragmatic-enunciative marks of linguistic time and its historic-discursive presentation mode, to know, the temporality mode connected to the different and varied scansions of time in the interior of a same association. One arrives at two results: the first refers to the choice of the more frequent type of arrangement, with remission to a remote time, to an intermediary time and to a present time; the second relates to the choice of the second more frequent time of temporal arrangement of the text, in which the definite character of the text being

combined with the testimony of a lived/narrated experience about the theme.

Keywords: *Writing. Time. Temporality. Literacy. Orality.*

Referências

- ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- AFONSO, A. J. Os lugares da educação. In: VON SIMSON, O. de M.; PARK, M. B. ; FERNANDES, R. S. (Org.). *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, Centro de Memória, 2001. p. 29-39.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E.G.G. Peireira; rev. trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CORRÊA, M. L. G. A escrita de pré-universitários e universitários: a ordem do texto e a ordem da história. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL-COLE, 16, 2007, Campinas, SP. *Anais...* Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- _____. *O modo heterogêneo de constituição escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 163-252.
- GANDON, T.R. D'A. Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes. *Projeto História: história e oralidade*, São Paulo, n. 22, p. 139-155, jun. 2001.
- GERALDI, J. W. Palavras escritas, indícios de palavras ditas. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, [S.l.], v. 3, edição especial, 2003. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/01.htm>>.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- GOODY, J. *Entre l'oralité et l'écriture*. Paris: PUF, 1993.
- JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. *Linguística e comunicação*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 34-62.
- KOCH, I. V. ; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette, 1991.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.); *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990a. p. 61-161.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Traduzido por E. P. Ortandi. Campinas: Pontes, 1990b.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49- 57.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990. p. 163-252.
- POSSENTI, S. Observações esparsas sobre discurso e texto (notas de trabalho). *Cadernos de Estudos Lingüísticos (Homenagem à Ingedore Koch)*, Campinas, SP, n. 44, p. 211-22, jan./ jun. 2003.
- SCARPA, E. M. Sobre o sujeito fluente. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP, v. 29 p. 163-184, 1995.
- STREET, B. V. *Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. London: Longman, 1995.
- VON SIMSON O. de M.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. *Introdução*. In: _____. (Org.). *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, Centro de Memória, 2001. p. 9-19.